

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

189 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 11/12 a 15/12/2023

1. SESSÃO PLENÁRIA PE	1
Portugal - candidato para o Tribunal de Contas	1
Eleições europeias: sistema de cabeças de lista	1
Matérias-primas críticas	1
Bloqueio geográfico	1
UE-China: alterar a ordem assente em regras	2
Espaço Europeu de Dados de Saúde	2
Debate sobre a Presidência espanhola do Conselho da UE	2
2. CONSELHO EUROPEU	4
3. CIMEIRA UE - BALCÃS	6
4. PRESIDÊNCIA BELGA DO CONSELHO DA UE	6
5. COMISSÃO EUROPEIA - PRR DE PORTUGAL	7
6. BANCO CENTRAL EUROPEU - POLÍTICA MONETÁRIA	8
7. REVISÃO DOS TRATADOS	8
8. ALEMANHA - ORÇAMENTO	9
9. COP 28 - RESULTADOS	9
10. ALARGAMENTO - CHATGPT	10
11. COMISSÃO EUROPEIA	10
Defesa da democracia	10
Reforço do mercado único	11
Medicamentos críticos	11
12. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	12
Conselho (Agricultura e Pescas)	12
Conselho dos Negócios Estrangeiros	12
Reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da Parceria Oriental	12
Conselho dos Assuntos Gerais	13
13. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	13
Parlamento Europeu	13
Comissão Europeia	13
Conselho da União Europeia	13

1. SESSÃO PLENÁRIA PE

Teve lugar esta semana, em Estrasburgo, a última sessão plenária do Parlamento Europeu (PE) deste ano, destacando-se os seguintes debates:

Portugal - candidato para o Tribunal de Contas

O PE aprovou a candidatura de João Leão, nomeado por Portugal para o Tribunal de Contas Europeu, assim como o candidato apresentado pela Suécia (detalhe [aqui](#)). Recorde-se que os candidatos foram questionados e validados pela Comissão do Controlo Orçamental, que realizou [audições com ambos a 29 de novembro](#).

Eleições europeias: sistema de cabeças de lista

O PE aprovou as suas [propostas para reforçar a dimensão democrática das eleições de 2024 e para aplicar o sistema de candidatos cabeças de lista](#). O relatório aprovado por 365 votos a favor, 178 votos contra e 71 abstenções, apela à adoção de medidas para promover a afluência às urnas nas eleições que terão lugar entre 6 e 9 de junho de 2024, exigindo os deputados uma ligação clara e credível entre a escolha dos eleitores e a eleição do presidente da Comissão. Defendem assim que o processo deve depender da obtenção de uma maioria no Parlamento, em conformidade com o Tratado de Lisboa, e os acordos de bastidores no Conselho Europeu devem acabar. Os deputados querem um acordo vinculativo entre o Parlamento e o Conselho Europeu, para garantir que os partidos políticos e os grupos parlamentares europeus iniciem negociações sobre um candidato comum imediatamente após as eleições e antes de o Conselho Europeu apresentar uma proposta.

O candidato cabeça de lista do partido que obtiver o maior número de lugares no Parlamento deve liderar a primeira ronda de negociações, com o presidente do Parlamento a orientar o processo, se necessário. Os deputados esperam igualmente que os partidos políticos europeus e os respetivos grupos parlamentares adotem um «acordo legislativo» como forma de obter uma maioria no Parlamento, como base para o programa de trabalho da Comissão e uma garantia, para os eleitores europeus, de um seguimento coerente das eleições.

O Parlamento insta também o Conselho a adotar rapidamente a nova [lei eleitoral](#) europeia e as novas [regras para os partidos políticos europeus e as fundações políticas europeias](#), de modo que pelo menos estas últimas sejam aplicáveis à campanha de 2024.

Matérias-primas críticas

O PE deu também luz verde aos projetos para [reforçar o aprovisionamento da UE de matérias-primas estratégicas](#). O Regulamento Europeu Matérias-Primas Críticas foi concebido para tornar a UE mais competitiva e soberana, reduzindo a burocracia, promovendo a inovação ao longo de toda a cadeia de valor e apoiando as PME. Nas negociações os deputados defenderam um maior ênfase na produção e na expansão de materiais suscetíveis de substituir matérias-primas estratégicas, garantiram a definição de metas para promover a extração de matérias-primas mais estratégicas a partir de resíduos e insistiram também na necessidade de reduzir a burocracia para as empresas, em especial para as PME. Salientaram igualmente a importância de parcerias estratégicas entre a UE e países terceiros sobre matérias-primas críticas, a fim de diversificar o aprovisionamento da UE.

Bloqueio geográfico

Os deputados sublinharam na sessão plenária a necessidade de reavaliar [as regras da UE para prevenir o bloqueio geográfico](#) injustificado, em particular à luz da aceleração da transformação digital e do aumento das compras em linha nos últimos anos. As regras em vigor permitem aos consumidores comprar serviços em linha e aceder a serviços noutros países sem restrições. Uma vez que as regras atuais não se aplicam a serviços digitais específicos que oferecem conteúdos protegidos por direitos de autor (como livros eletrónicos, música, *software* e jogos em linha), os deputados destacaram os potenciais benefícios da sua inclusão ao abrigo das regras da UE se o

comerciante detiver os direitos necessários para os territórios em causa. Pediram ainda à Comissão e aos Estados-Membros para facilitarem o acesso dos consumidores aos serviços transfronteiriços de entrega de encomendas e apoiarem a redução dos custos de expedição, afirmando também que os métodos de registo e pagamento em linha devem ser melhorados, uma vez que, na sua forma atual, comprometem o objetivo das regras «comprar como um habitante local». Os deputados salientaram a importância de modernizar o setor audiovisual para satisfazer as expectativas dos consumidores em termos de disponibilidade, acessibilidade dos preços, flexibilidade e qualidade dos conteúdos.

UE-China: alterar a ordem assente em regras

Num relatório dirigido ao Conselho e ao vice-presidente da Comissão Europeia/alto representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, os deputados defenderam que tanto a [UE como a China têm interesse em manter relações ativas e estáveis, que devem basear-se no direito internacional, num diálogo equilibrado e em responsabilidades partilhadas a nível mundial](#). No entanto, salientaram também que a China está a entrar numa nova era de segurança e controlo, caracterizada pelo aumento da repressão interna e por uma política económica e externa cada vez mais assertiva. Salientando a necessidade de a UE continuar a colaborar de forma pragmática com a China para enfrentar desafios como as alterações climáticas, os riscos para a estabilidade financeira, os conflitos e as questões de segurança, o Parlamento pediu que se intensifique o diálogo com Pequim para que deixe de apoiar a agressão militar da Rússia contra a Ucrânia e deixe de ajudar Moscovo a contornar as sanções europeias. Lamentando o registo profundamente preocupante da China no que se refere aos direitos humanos, os deputados pediram aos representantes da UE para exortar as autoridades chinesas a pôr fim à repressão sobre dissidentes, minorias religiosas e étnicas, bem como às graves violações dos direitos humanos em curso.

Espaço Europeu de Dados de Saúde

Os deputados adotaram a sua posição sobre a [criação do Espaço Europeu de Dados de Saúde](#), com o objetivo de facilitar o acesso aos dados pessoais e promover a partilha segura. Os deputados querem que os doentes tenham mais voz sobre a forma como os prestadores de cuidados de saúde utilizam os seus dados, propondo um sistema de auto-exclusão para a utilização secundária da maioria dos dados de saúde e exigem que seja obrigatório ter o consentimento explícito do doente para a utilização secundária de determinados dados sensíveis (por exemplo, informações genéticas e genómicas). O Parlamento pretende igualmente alargar a proibição das utilizações secundárias, por exemplo ao mercado de trabalho ou aos serviços financeiros. Os dados partilhados para fins de investigação devem conduzir ao desenvolvimento de novos medicamentos ou de outros produtos ou serviços de cuidados de saúde. Os deputados ainda querem garantir que todos os países da UE recebam financiamento suficiente para proteger a utilização secundária de dados e evitar dados abrangidos por direitos de propriedade intelectual ou que constituam segredos comerciais.

Debate sobre a Presidência espanhola do Conselho da UE

O presidente do Governo de Espanha, Pedro Sánchez, apresentou esta semana os resultados alcançados durante os seis meses desta Presidência. Recorde-se que a Presidência espanhola do Conselho da UE definiu como prioridades (detalhe [aqui](#)): promover a reindustrialização da UE, garantindo uma autonomia estratégica; avançar na transição ecológica e na adaptação ambiental; promover uma maior justiça social e económica e reforçar a unidade europeia.

O debate ficou marcado pela polarização de posições relacionadas com a "lei da amnistia" e as consequentes preocupações com o Estado de direito em Espanha. Porém, no que diz respeito à Presidência espanhola, destacamos o seguinte:

Em nome do Conselho, o Primeiro-Ministro espanhol Pedro Sánchez destacou as principais realizações da Presidência espanhola de acordo com as suas quatro prioridades (detalhe da intervenção [aqui](#)). Sobre a reindustrialização e a autonomia estratégica aberta, sublinhou a importância de reforçar as capacidades de produção da UE e de estimular as indústrias inovadoras, mantendo simultaneamente a cooperação e a expansão do comércio, especialmente com o Sul. Destacou que esta visão foi aprovada pelos líderes da UE na Cimeira de Granada. Relativamente à transição ecológica, insistiu que tornará a UE mais próspera e mais competitiva, assinalando aquilo que considerou ser a recusa das políticas ecológicas por parte da extrema-direita. Assinalou que a lei sobre a restauração da natureza é uma conquista fundamental neste domínio. Sobre a justiça económica e social, defendeu o reforço da competitividade e da produtividade, a fim de melhorar o bem-estar dos cidadãos da UE. Esperou que se chegue a um acordo sobre a revisão do Quadro Financeiro Plurianual 2021-27 e a reforma do Pacto de Estabilidade e Crescimento até ao final do ano. Sobre o reforço da unidade da UE, prometeu o mesmo nível de clareza, unidade e coerência da UE em relação à Ucrânia como em relação ao Médio Oriente, dizendo "basta" à morte de civis e crianças inocentes em Gaza. O Pacto de Migração, o alargamento e o apoio à Ucrânia foram também mencionados como elementos-chave neste contexto.

Nas suas observações finais, rejeitou as acusações de que a democracia e o Estado de direito em Espanha estariam em perigo e argumentou que a lei da amnistia permitirá apaziguar as tensões que o governo de direita de Mariano Rajoy criou e que levaram ao referendo de 2017. Para concluir, desafiou diretamente o presidente do PPE, Manfred Weber, perguntando-lhe se conhecia os aliados do PP espanhol - Vox - e as medidas concretas que ambos os partidos tomaram em conjunto nos governos regionais. Referindo-se ao período da Segunda Guerra Mundial, defendeu que o centro-direita não deve enganar-se sobre quem é a verdadeira ameaça à democracia: a extrema-direita.

Em nome da Comissão, a Presidente centrou-se sobretudo no Médio Oriente, mantendo-se fiel às linhas utilizadas em anteriores intervenções em plenário: Israel tem "o direito de fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que o '7 de outubro' não volte a acontecer, mas também tem o dever de proteger os civis em Gaza, mesmo que o Hamas os utilize como escudos humanos". Defendeu ainda que a solução de dois Estados deve ser retomada, nomeadamente através da definição de princípios fundamentais com vista a uma conferência internacional de paz, da aplicação de sanções aos "colonos extremistas" que cometem atos de violência na Cisjordânia e da prevenção de uma escalada regional do conflito. No que se refere à energia, congratulou-se com o facto de o tempo da "chantagem" petrolífera russa ter terminado e saudou o "acordo histórico" da COP28 sobre o fim dos combustíveis fósseis que, sublinhou, se deve em grande parte à UE e aos seus objetivos climáticos agora partilhados a nível mundial. Em matéria de migrações, elogiou a ação global da UE em termos de reforço das fronteiras externas, de combate aos traficantes de pessoas, de controlo dos regressos e de criação de parcerias globais (como a com a Tunísia e outra em preparação com o Egito). Manifestou a sua expectativa de que seja possível chegar a um acordo sobre o Pacto de Migração, para mostrar aos cidadãos da UE que a migração pode ser gerida de forma humana e eficaz.

No debate que se seguiu, os Deputados centraram-se nos seguintes pontos:

- Felicitar a Presidência espanhola pelas principais realizações deste semestre, com elogios recebidos, para além do S&D, dos Verdes, da Esquerda e também de parte do Renew (incluindo o presidente Stéphane Séjourné, FR). A Lei da Inteligência Artificial, a reforma do mercado da eletricidade, a Lei da Restauração da Natureza e a Lei das Matérias-Primas Críticas foram as mais destacadas neste contexto.
- Salientar o trabalho que ainda está por fazer em relação a algumas das principais prioridades espanholas pendentes: o Pacto de Migração, o Pacto de Estabilidade e Crescimento e o acordo comercial com o Mercosul foram abordados pela maioria dos Deputados;
- A lei da amnistia e as correspondentes preocupações com o Estado de direito em Espanha. O PPE e o ECR foram os mais vocais, com Manfred Weber (PPE, DE) a defender que a investigação da Comissão Europeia sobre a lei é "*urgentemente necessária*". O Renew apresentou uma visão algo dividida, uma vez que a veemência dos seus membros espanhóis contrastou com as palavras ponderadas do presidente e

com o apoio efetivo à lei da amnistia por parte de um deputado basco (*Bilbao Barandica*). A Vice-Presidente do PE, Katarina Barley (S&D, DE), defendeu abertamente a lei.

Outros debates:

- [Formas de restaurar o equilíbrio institucional](#)
- [Relações UE-EUA: apelo a uma parceria reforçada](#)
- [Reconhecimento da filiação](#)
- [Frontex](#)

2. CONSELHO EUROPEU

Realizou-se, nos dias 15 e 16 de dezembro, uma reunião do Conselho Europeu em Bruxelas. A composição atual do Conselho, à data de 13 de dezembro, está disponível [aqui](#), já com a inclusão do novo Primeiro Ministro polaco Donald Tusk, que iniciou funções esta semana.

Current membership of the European Council

The European Council consists of the 27 Heads of State or Government of the EU Member States, who are voting members, together with the President of the European Council and the President of the European Commission, who have no vote (Article 15(2) Treaty on European Union). The chart shows the current members, the national office they hold, their most recent European political affiliation, and the year their membership began.

 BELGIUM Alexander DE CROO PRIME MINISTER - 2020	 BULGARIA Nikolai DENKOV PRIME MINISTER - 2023	 CZECHIA Petr FIALA PRIME MINISTER - 2021	 DENMARK Mette FREDERIKSEN PRIME MINISTER - 2019
 GERMANY Olaf SCHOLZ CHANCELLOR - 2021	 ESTONIA Kaja KALLAS PRIME MINISTER - 2021	 IRELAND Leo VARADKAR PRIME MINISTER - 2022	 GREECE Kyriakos MITSOTAKIS PRIME MINISTER - 2019
 SPAIN Pedro SÁNCHEZ PRIME MINISTER - 2018	 FRANCE Emmanuel MACRON PRESIDENT - 2017	 CROATIA Andrej PLENKOVIĆ PRIME MINISTER - 2016	 ITALY Giorgia MELONI PRIME MINISTER - 2022
 CYPRUS Nikos CHRISTODOULIDES PRESIDENT - 2023	 LATVIA Erika SILINA PRIME MINISTER - 2023	 LITHUANIA Gitanas NAUSĖDA PRESIDENT - 2019	 LUXEMBOURG Luc FRIEDEN PRIME MINISTER - 2023
 HUNGARY Viktor ORBÁN PRIME MINISTER - 2010	 MALTA Robert ABELA PRIME MINISTER - 2020	 NETHERLANDS Mark RUTTE PRIME MINISTER - 2010	 AUSTRIA Karl NEHAMMER CHANCELLOR - 2021
 POLAND Donald TUSK PRIME MINISTER - 2023	 PORTUGAL António COSTA PRIME MINISTER - 2015	 ROMANIA Klaus IOHANNIS PRESIDENT - 2014	 SLOVENIA Robert GOLOB PRIME MINISTER - 2022
 SLOVAKIA Robert FICO PRIME MINISTER - 2023	 FINLAND Petteri ORPO PRIME MINISTER - 2023	 SWEDEN Ulf KRISTERSSON PRIME MINISTER - 2022	
 EUROPEAN COUNCIL Charles MICHEL PRESIDENT - 2019	 EUROPEAN COMMISSION Ursula VON DER LEYEN PRESIDENT - 2019		

Political affiliation of members:     

Images taken from the European Council website – © European Union.

Nos termos da carta de convite do Presidente do Conselho Europeu Charles Michel (disponível [aqui](#)), os temas a debater seriam a evolução recente na [guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia](#) e sobre a [continuação do apoio da UE à Ucrânia](#) e ao seu povo, bem como a situação no Médio Oriente; a [política de alargamento da UE](#); o orçamento de longo prazo da UE para 2021-2027, nomeadamente a sua [revisão intercalar](#); e o balanço dos progressos realizados na aplicação das suas anteriores conclusões sobre [segurança e defesa](#).

Foram adotadas Conclusões do Conselho Europeu sobre a Ucrânia, o alargamento e as reformas, disponíveis [aqui](#), e a principal decisão neste domínio foi relativamente ao alargamento:

- o **Conselho Europeu decidiu abrir as negociações de adesão com a Ucrânia e com a República da Moldávia**, “logo que sejam tomadas as medidas pertinentes previstas nas respetivas recomendações da Comissão de 8 de novembro de 2023”;
- Além disso, decidiu igualmente conceder o **estatuto de país candidato à Geórgia**;
- Sobre a **Bósnia-Herzegovina**, o Conselho Europeu abrirá as negociações de adesão uma vez atingido o necessário grau de conformidade com os critérios de adesão. A Comissão foi convidada a prestar ao Conselho informações sobre os progressos, o mais tardar em março de 2024, com vista a tomar uma decisão;
- Finalmente, a UE está pronta a concluir a fase de abertura das negociações de adesão com a **Macedónia do Norte** logo que o país honre o seu compromisso de concluir as alterações constitucionais, tal como referido nas Conclusões do Conselho de 18 de julho de 2022.

Do ponto de vista político, a decisão de abertura de negociações com a Ucrânia foi o ponto mais saliente, especialmente em face da anunciada oposição do Primeiro-Ministro húngaro, Viktor Orbán, de que demos nota na Síntese n.º [186](#). Segundo os relatos do Conselho Europeu (cfr. [aqui](#)), o chefe do Governo húngaro ausentou-se da sala quando a votação sobre esta matéria teve lugar.

Recorde-se, ainda, que a Comissão Europeia havia tomado duas decisões, esta semana, em que considerava que a reforma judicial da Hungria corrigiu as deficiências em matéria de independência judicial, mas mantém as medidas relativas à condicionalidade orçamental. Neste âmbito, e no tocante aos fundos da Hungria para a política de coesão, os fundos marítimos e das pescas e os fundos para os assuntos internos, uma parte do financiamento deixará de estar bloqueada e, por conseguinte, a Hungria pode começar a **solicitar reembolsos de cerca de 10,2 mil milhões de euros**. O orçamento total da UE para os programas da Hungria no âmbito destes fundos ascende a 21,9 mil milhões de euros, sendo que cerca de 11,7 mil milhões de euros permanecem bloqueados em razão do incumprimento do regulamento sobre a condicionalidade do Estado de direito. A Comissão Europeia disponibilizou um explicador detalhado [aqui](#) e [aqui](#).

Porém, o outro ponto mais saliente do Conselho Europeu foi o facto de não ter sido possível chegar a acordo sobre a revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual para 2021-27 (detalhe da proposta da Comissão [aqui](#)) que inclui, nomeadamente, um Mecanismo para a Ucrânia, baseado em subvenções, empréstimos e garantias, com uma capacidade total de 50 mil milhões de euros para o período 2024-2027. Também neste domínio, foi a oposição da Hungria que marcou as negociações sendo que, após o primeiro dia da reunião do Conselho Europeu, o presidente Charles Michel fez a seguinte declaração (sublinhados nossos):

“A Revisão do QFP (Quadro Financeiro Plurianual) tal como consta do documento (anexo [aqui](#)), em todos os seus componentes e prioridades – ou seja, Apoio à Ucrânia, Migração e dimensão externa (rubricas 4 e 6), Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa, Pagamentos de juros no âmbito do Instrumento de Recuperação da União Europeia (Next Generation EU), Instrumentos especiais, Novos recursos próprios e Elementos que reduzem o impacto nos orçamentos nacionais – é apoiada firmemente por 26 chefes de Estado ou de Governo. Voltaremos a analisá-la no início do próximo ano.”

Por conseguinte, será convocado um Conselho Europeu extraordinário para janeiro ou fevereiro de 2024 para procurar chegar a acordo sobre esta matéria. Os dois co-relatores do PE sobre esta matéria, [Jan Olbrycht](#) (EPP, PL) e [Margarida Marques](#) (S&D, PT) reagiram através de um comunicado (disponível [aqui](#)), em que *“lamentam profundamente a incapacidade do Conselho Europeu para chegar a uma posição comum (...)”* que deixa *“a UE incapaz de resolver as deficiências do orçamento da UE, de financiar as prioridades políticas que todos acordámos”*. Por conseguinte, *“O PE reitera o seu apoio inabalável à Ucrânia e o seu compromisso inequívoco de encontrar uma solução de financiamento estável a médio prazo que permita a continuação da assistência ao povo ucraniano e ajude o país no seu caminho para a adesão à UE. Temos também de encontrar financiamento adicional para a migração e para os desafios da política externa, incluindo a ajuda humanitária (...)”*.

Foram adotadas Conclusões do Conselho Europeu sobre os vários temas, disponíveis [aqui](#). O habitual *live blog* do *Político* sobre o Conselho Europeu está disponível [aqui](#).

3. CIMEIRA UE - BALCÃS

Na véspera do Conselho Europeu, realizou-se a quarta cimeira anual entre os líderes da UE e dos Balcãs Ocidentais, para reafirmar a perspetiva de adesão dos Balcãs Ocidentais à UE, bem como a necessidade de os parceiros realizarem reformas sustentadas e irreversíveis, tendo por base os valores e princípios da UE (o Conselho disponibiliza uma infografia interessante sobre a matéria, [aqui](#)).

Os principais temas em debate foram a aproximação dos parceiros dos Balcãs Ocidentais da UE, bem como construir uma base económica para o futuro e atenuar o impacto da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, reforçar a segurança e criar resiliência. No final da cimeira, foi adotada a [Declaração de Bruxelas](#).

Durante a cimeira, foi feito o balanço dos progressos alcançados em diversos domínios, nomeadamente a conectividade digital, incluindo a redução dos custos de itinerância de dados, o reconhecimento mútuo dos diplomas universitários e das qualificações profissionais na região, os transportes e conectividade, incluindo os corredores verdes e azuis UE-Balcãs Ocidentais, e a continuação da execução do Plano Económico e de Investimento, com 16,6 mil milhões de euros já mobilizados.

4. PRESIDÊNCIA BELGA DO CONSELHO DA UE

Inicia-se, a 1 de janeiro de 2024, o semestre da Presidência belga do Conselho da União Europeia, a última Presidência do atual ciclo político e institucional antes das eleições para o PE, em junho de 2024.

O site da Presidência está disponível [aqui](#) e, no tocante à dimensão parlamentar, [aqui](#), com a calendarização de todos os eventos. O programa da Presidência pode ser consultado [aqui](#) e as [prioridades](#) são:

1. Defesa do Estado de direito, da democracia e da unidade

A União Europeia baseia-se no respeito pelos direitos fundamentais, pelo Estado de direito e pelos valores democráticos, abrindo caminho à coesão, à proteção das liberdades individuais, à igualdade e à não discriminação, bem como ao bem-estar dos cidadãos. A defesa dos princípios da democracia, do Estado de direito e dos direitos fundamentais será um elemento essencial do trabalho da Presidência belga do Conselho. *Alargar a União deve tornar-nos mais fortes*. Por conseguinte, a Presidência está empenhada em apoiar os países candidatos nos seus esforços para aderirem à União. Ao mesmo tempo, será crucial preparar as políticas, os recursos e as estruturas de tomada de decisão da União com vista a futuras adesões.

2. Reforçar a nossa competitividade

Tendo em conta a evolução das realidades geopolíticas e o rápido desenvolvimento de novas tecnologias, como a inteligência artificial, a UE deve dar prioridade à sua competitividade a longo prazo e às suas políticas industriais. A UE deve assegurar condições de concorrência equitativas para as empresas, especialmente as PME, permitindo-lhes competir de forma justa tanto na Europa como na cena mundial. É fundamental um quadro regulamentar coerente, previsível e simplificado. A UE deve assumir a liderança na criação de um ecossistema digital sustentável, inovador e resiliente que capacite os cidadãos e beneficie as empresas.

3. Prosseguir uma transição ecológica e justa

A ambiciosa agenda de transição da UE é impulsionada pela necessidade urgente de enfrentar a tripla crise das alterações climáticas, da perda de biodiversidade e da poluição. A Presidência belga sublinha a importância de



uma ação decisiva e holística que não deixe ninguém para trás. Para reduzir as vulnerabilidades às alterações climáticas, a Presidência esforçar-se-á por reforçar a economia circular e as capacidades de adaptação e de preparação da União. Promoverá igualmente a gestão sustentável da água. Os fenómenos geopolíticos e climáticos extremos puseram em evidência a necessidade de uma transição energética acelerada e inclusiva. Esta transição deve proporcionar energia a preços acessíveis aos cidadãos e às empresas, garantir uma segurança de aprovisionamento sólida e fiável e contribuir para o objetivo da neutralidade climática.

4. Reforçar a nossa agenda social e de saúde

Com base no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, a Presidência Belga pretende dotar a UE de uma ambiciosa agenda social para promover uma sociedade europeia mais inclusiva, igualitária em termos de género e justa para todos. A Presidência procurará reforçar o diálogo social a todos os níveis, promover a mobilidade laboral justa, a saúde mental no trabalho, bem como o acesso a uma proteção social sustentável. O seu objetivo é reforçar a dimensão social do Semestre Europeu - com especial atenção para a primeira implementação do Quadro de Convergência Social e para o potencial dos investimentos sociais - e promover um quadro conducente ao desenvolvimento da economia social. A Presidência defenderá igualmente o reforço das ações políticas a fim de garantir o acesso de todos a uma habitação condigna e a preços acessíveis.

5. Proteção das pessoas e das fronteiras

A Presidência tem por objetivo tratar todos os dossiês legislativos pendentes associados ao novo Pacto europeu sobre migração e asilo. O Pacto reforçará a confiança entre os Estados-Membros num espírito de responsabilidade e solidariedade, proporcionará clareza jurídica às pessoas que chegam à UE e garantirá aos cidadãos da UE uma gestão humana e eficaz da migração, em conformidade com os nossos valores e o direito internacional. Proporcionará igualmente uma reação comum e rápida às crises migratórias e melhorará as vias legais de acesso à UE. A Presidência esforçar-se-á por reforçar a dimensão externa da migração e do asilo, especialmente trabalhando em estreita colaboração com os nossos parceiros africanos, como parte do nosso esforço mais vasto para continuar a desenvolver uma parceria mutuamente benéfica entre os nossos dois continentes, no pleno respeito do direito internacional.

6. Promover uma Europa global

O sistema multilateral e a ordem internacional baseada em regras enfrentam uma tensão crescente devido à confrontação geopolítica, incluindo o regresso da guerra aberta no continente europeu. Para se adaptar a esta realidade, a Presidência prosseguirá vigorosamente os esforços desenvolvidos pela UE para reforçar a sua resiliência e autonomia e defender os seus interesses e valores. Para atingir os seus objetivos de política externa, a UE deve mobilizar plenamente as suas capacidades económicas, de segurança e de defesa, bem como a sua capacidade de desenvolvimento e de assistência humanitária. Isto inclui uma política comercial ambiciosa e equilibrada que seja aberta, sustentável e assertiva. Para o efeito, será necessário reforçar o sistema de comércio multilateral baseado em regras. Em consonância com a Agenda 2030, a Presidência promoverá o reforço do sistema de cuidados de saúde como base para alcançar a cobertura universal de saúde, assegurando simultaneamente um acesso equitativo a serviços e produtos de cuidados de saúde inovadores, resilientes, sustentáveis e de elevada qualidade para todos.

O *Político* disponibilizou uma [análise prospetiva detalhada](#) da Presidência belga, disponível [aqui](#).

5. COMISSÃO EUROPEIA - PRR DE PORTUGAL¹

A Comissão Europeia adotou esta semana uma avaliação preliminar positiva de parte dos marcos e metas associados ao pedido de pagamento apresentado por Portugal da terceira e quarta parcelas a título do

¹ Fonte: serviço de imprensa da Comissão Europeia.

[Mecanismo de Recuperação e Resiliência \(MRR\)](#), o principal instrumento no cerne do *NextGenerationEU*. O detalhe está disponível [aqui](#) e um explicador [aqui](#).

Esta avaliação diz respeito aos pedidos de pagamento apresentados por Portugal em outubro de 2023 da terceira e quarta parcelas de subvenção (1,77 mil milhões de euros e 0,82 mil milhões de euros) e da terceira e quarta parcelas de empréstimo (0,36 mil milhões de euros e 0,22 mil milhões de euros). A Comissão considerou que 44 dos 47 marcos e metas foram cumpridos satisfatoriamente. Tal inclui, nomeadamente, um conjunto de reformas destinadas a melhorar a qualidade e a sustentabilidade das finanças públicas, reformas do setor da saúde para aumentar a eficiência e a resiliência do Sistema Nacional de Saúde e garantir os direitos das pessoas com doenças mentais, a melhoria da eficácia do sistema fiscal e dos tribunais fiscais portugueses, a regulação do trabalho em plataformas digitais, a melhoria do sistema de registo predial e a promoção da economia circular no quadro dos contratos públicos. Foram igualmente lançados investimentos para proporcionar mais habitação social, alojamento para estudantes e alojamento de emergência para grupos vulneráveis.

A Comissão concluiu que um marco e uma meta (M1.12 e T1.3) relativos às reformas do setor da saúde e um marco (M6.15) relativo à reforma das profissões regulamentadas não foram satisfatoriamente cumpridos. Por conseguinte, a Comissão está a ativar o procedimento de «suspensão de pagamentos» previsto no artigo 24.º, n.º 6, do Regulamento MRR. Em conformidade com o Regulamento MRR e como explicado na [Comunicação](#) publicada em 21 de fevereiro, este procedimento dá aos Estados-Membros tempo adicional para cumprirem os marcos pendentes, recebendo simultaneamente um pagamento parcial relacionado com os marcos que foram cumpridos satisfatoriamente.

Recorde-se que o [plano de recuperação e resiliência de Portugal](#) inclui um vasto conjunto de investimentos e reformas repartidos por 21 componentes temáticas, com ênfase nas transições ecológica e digital. O plano será apoiado por subvenções no valor de 16,3 mil milhões de euros e por empréstimos no valor de 5,9 mil milhões de euros, dos quais 2,2 mil milhões de euros foram pagos a Portugal em 3 de agosto de 2021 a título de pré-financiamento, 1,16 mil milhões de euros foram pagos em 9 de maio de 2022 a título do primeiro pedido de pagamento, e 1,82 mil milhões de euros foram pagos em 8 de fevereiro de 2023 a título do segundo pedido de pagamento.

6. BANCO CENTRAL EUROPEU - POLÍTICA MONETÁRIA²

O Conselho do Banco Central Europeu (BCE) decidiu esta semana manter as três taxas de juro diretoras do BCE inalteradas (cfr. [aqui](#)), considerando que, ainda que a inflação tenha descido nos últimos meses, é provável que volte a subir temporariamente no curto prazo. De acordo com as projeções macroeconómicas mais recentes para a área do euro, a inflação deverá descer gradualmente durante o próximo ano, aproximando-se depois do objetivo de 2% em 2025. Em geral, os especialistas esperam que a inflação global se situe, em média, em 5,4% em 2023, 2,7% em 2024, 2,1% em 2025 e 1,9% em 2026. Em comparação com as projeções de setembro elaboradas por especialistas do BCE, trata-se de uma revisão em baixa para 2023 e especialmente para 2024.

7. REVISÃO DOS TRATADOS

Demos nota, na Síntese n.º [186](#), da adoção pelo PE de um relatório e de uma moção para revisão dos Tratados, cujo texto final está disponível [aqui](#). O PE instou o Conselho a «*apresentar imediatamente e sem deliberação as propostas [...] ao Conselho Europeu*», pois é a este que cabe convocar uma [Convenção](#) – uma decisão por maioria simples.

Esta semana, os co-relatores: Guy Verhofstadt (Renew, BE), Sven Simon (PPE, DE), Gabriele Bischoff (S&D, DE), Daniel Freund (Verdes/ALE, DE), Helmut Scholz (A Esquerda, DE) lamentaram o facto de o Conselho

²Fonte: serviço de imprensa do BCE

não ter submetido ao Conselho Europeu a decisão sobre os próximos passos para a revisão dos Tratados. *"Estamos extremamente desapontados com o facto de o Conselho Europeu de dezembro não ser chamado a decidir sobre a convocação de uma Convenção para a revisão dos Tratados da UE. Parece que os Estados-Membros não compreendem que, para fazer face à atual lista de desafios internos e externos, a União precisa de mudar o mais rapidamente possível."* (detalhe [aqui](#)).

8. ALEMANHA - ORÇAMENTO

Demos nota, na Síntese n.º [186](#), de que no passado dia 15 de novembro, o Tribunal Constitucional alemão decidiu que a **iniciativa do Governo alemão de reafetar 60 mil milhões de euros de dívida não utilizada** do período de luta contra a pandemia de COVID-19 para o seu fundo para o clima e a transformação era **inconstitucional**. Um sumário desta decisão está disponível [aqui](#).

Esta semana, o Governo alemão submeteu uma nova proposta de orçamento para 2024 (notícia [aqui](#)). Um dos pontos mais salientes foi a decisão de manter o aumento da ajuda militar à Ucrânia, que duplicará (de 4 mil para 8 mil milhões de euros). Além disso, haverá um corte de cerca de 17 mil milhões de euros no seu orçamento para 2024 (análise detalhada [aqui](#)), através da redução dos subsídios à produção de painéis solares, carros eléctricos, bem como ao gasóleo no setor agrícola. A Alemanha vai também introduzir um imposto sobre o combustível para aviões que voam no interior do país e um imposto sobre o plástico de utilização única. Os cidadãos também vão pagar mais pela eletricidade, uma vez que o governo não poderá subsidiar os custos de transmissão, como inicialmente previsto. O acordo orçamental também aumenta significativamente a taxa nacional sobre as emissões de carbono, dos atuais 30 euros por tonelada para 45 euros a partir do próximo ano (em vez de 40 euros por tonelada, como inicialmente previsto). A Alemanha manterá os subsídios para a construção de fábricas de semicondutores e para apoiar as energias limpas, por exemplo, através do pagamento de ajudas estatais para a transição das siderurgias do gás natural para o hidrogénio. As famílias também podem contar com fundos estatais para mudar para bombas de calor amigas do ambiente e abandonar as caldeiras a combustíveis fósseis.

No que diz respeito ao "travão da dívida" do país, que restringe o défice federal a 0,35% do PIB, exceto em caso de emergência, e que foi introduzido pelo governo da então Chanceler Angela Merkel através de uma alteração constitucional na sequência da crise financeira mundial de 2008/09, o Chanceler alemão não rejeitou a possibilidade de suspender essa obrigação. Assinalou que, se *"se a situação se agravar... por exemplo, porque a situação na frente se deteriora ou porque outros apoiantes reduzem a sua ajuda à Ucrânia ou porque a ameaça à Alemanha e à Europa aumenta ainda mais, teremos de responder a isso"*.

9. COP 28 - RESULTADOS

A 28.ª Conferência das Partes (COP28) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, realizada no Dubai, terminou em 13 de dezembro de 2023 (detalhe [aqui](#)). A conferência operacionalizou o Fundo de Perdas e Danos, que foi criado pela COP27 em 2022. Concluiu também o primeiro balanço global da ação climática ao abrigo do Acordo de Paris e adotou uma decisão que apela à aceleração da ação a curto prazo e a uma transição ordenada dos combustíveis fósseis para sistemas energéticos neutros em termos de clima - a primeira decisão da COP a abordar os combustíveis fósseis.

O *think tank* do PE disponibiliza uma análise da Conferência e seus resultados, disponível [aqui](#). A delegação do PE divulgou a sua reação sobre esta matéria, [aqui](#). Além disso, na sessão plenária desta semana, teve lugar um debate sobre esta matéria, disponível [aqui](#).

10. ALARGAMENTO - CHATGPT

O *Euractiv* noticiou esta semana ([aqui](#)) que o Governo da Albânia, país que solicitou a adesão à UE em 2009 e que tem o estatuto de candidato à UE desde 2014, procurará utilizar o ChatGPT para traduzir milhares de páginas de medidas e disposições legais da UE para *shqip* (língua albanesa) e depois integrá-las nas estruturas legais existentes.

O Primeiro Ministro albanês anunciou que havia feito esta sugestão à CEO da OpenAI, empresa que desenvolve o ChatGPT, Mira Murati - esta nasceu em Vlora, na Albânia, estudou em Tirana antes de se mudar para os EUA para estudar ciências informáticas em Dartmouth. Juntou-se à OpenAI em 2016 como engenheira antes de ser promovida a CTO em 2019. Durante os quatro anos em que desempenhou essa função, foi responsável por supervisionar a investigação e o desenvolvimento da tecnologia de IA, incluindo o modelo ChatGPT.

Segundo estas notícias, o modelo de linguagem ChatGPT será utilizado para a transposição do acervo da UE para albanês e fornecerá uma panorâmica pormenorizada sobre o que e onde é necessário alterar na legislação local para a alinhar com as regras da UE. O modelo fornecerá também uma análise do impacto de todas as medidas e alterações, que normalmente requerem muitos peritos e muito tempo.

Segundo o chefe do governo albanês, a sugestão foi bem acolhida e foi criada uma equipa conjunta entre a OpenAI e a Agência Nacional para a Sociedade da Informação (AKSHI).

11. COMISSÃO EUROPEIA

Defesa da democracia

A Comissão Europeia adotou esta semana o [pacote relativo à defesa da democracia](#), antes das eleições europeias de 2024. O pacote inclui uma proposta legislativa que visa reforçar a transparência e a responsabilidade democrática das atividades de representação de interesses em nome de países terceiros e duas recomendações relativas à promoção de eleições livres, justas e resilientes e à participação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil na elaboração das políticas. O objetivo deste pacote é fazer face à ameaça de interferência estrangeira com mais transparência, incentivando simultaneamente o empenho cívico e a participação dos cidadãos nas democracias.

A [proposta legislativa](#) visa assim garantir um elevado nível comum de transparência e de responsabilidade democrática em toda a UE no que se refere às campanhas de *lobbying*, bem como a atividades semelhantes, realizadas por entidades em nome do governo de um país terceiro, prevendo os seguintes requisitos de transparência:

- **Registo de transparência:** as entidades que exerçam actividades de representação de interesses em nome de um país terceiro terão de se inscrever num registo de transparência. Os Estados-Membros serão convidados a criar ou adaptar os registos nacionais existentes para este efeito;
- **Acesso público:** os principais elementos dos dados sobre essas atividades de representação de interesses estarão disponíveis ao público, permitindo a transparência e a responsabilização democrática. Isto diz respeito, por exemplo, aos montantes anuais recebidos, aos países terceiros em causa e aos principais objetivos das atividades;
- **Manutenção de registos:** as entidades que realizem atividades de representação de interesses em nome de um país terceiro deverão manter registos das principais informações ou materiais relacionados com a atividade de representação de interesses durante um período de quatro anos após o termo dessa atividade.

A proposta inclui ainda salvaguardas para evitar que os requisitos de registo sejam indevidamente utilizados para limitar os direitos fundamentais como o poder das autoridades independentes de supervisão para solicitar

registros limitados apenas em casos devidamente justificados e de forma proporcionada, garantindo que o registo não tenha consequências negativas, a possibilidade de derrogar a publicidade das informações em casos devidamente justificados e a harmonização de regras que impede os Estados-Membros de manterem ou introduzirem requisitos e práticas adicionais.

Por outro lado, a [recomendação sobre eleições inclusivas e resilientes](#) pretende promover elevados padrões democráticos para as eleições na UE, apoiando uma elevada taxa de participação dos eleitores, uma participação inclusiva e facilitando o exercício dos direitos eleitorais. A recomendação aborda igualmente a proteção e a cibersegurança das infraestruturas relacionadas com as eleições e propõe medidas para minimizar os riscos de interferência de países terceiros através do financiamento de partidos políticos, fundações políticas, organizações de campanha e candidatos. A recomendação sublinha que os instrumentos de vigilância nunca devem ser utilizados para interferir no debate democrático e que é inaceitável a utilização desses instrumentos para atingir atores políticos e jornalistas com fins políticos.

Já a [recomendação relativa à promoção da participação dos cidadãos e organizações da sociedade civil nos processos de elaboração das políticas públicas](#) visa criar e manter um ambiente seguro e propício às organizações da sociedade civil e aos defensores dos direitos humanos, permitindo-lhes participar efetivamente na elaboração de políticas democráticas e incentiva igualmente os Estados-Membros a desenvolverem uma abordagem estruturada dos processos de participação através de quadros previsíveis, acessíveis, transparentes e inclusivos. No mesmo sentido, a Comissão, no seguimento da Conferência sobre o Futuro da Europa, integrou painéis de cidadãos europeus no seu processo de elaboração de políticas e, no início de 2024, lançará um portal "Dê a sua opinião" renovado, como um novo balcão único em linha para a participação dos cidadãos.

A secção de perguntas e respostas sobre este tema pode ser encontrada [aqui](#).

Reforço do mercado único

A Comissão Europeia adotou também uma [proposta alterada de regulamento para facilitar as soluções transfronteiriças](#). Os obstáculos enfrentados pelos cidadãos, as empresas e as administrações públicas nestas regiões incluem a aplicação de diferentes normas técnicas ou disposições administrativas e jurídicas nacionais que não têm em conta a dimensão transfronteiriça. A eliminação destes obstáculos melhoraria significativamente o funcionamento do mercado único da UE. Um [estudo](#) financiado pela Comissão em 2018 estimou que a eliminação de 20% dos atuais obstáculos jurídicos e administrativos aumentaria o PIB em 2% nas regiões transfronteiriças e criaria mais de um milhão de postos de trabalho.

A [Comissão propõe](#) assim que:

- se criem pontos de coordenação transfronteiriça (CBCP), um novo serviço que avaliará qualquer pedido apresentado pelas partes interessadas relacionadas com as fronteiras sobre eventuais obstáculos e que funcionará como uma ligação entre estas e as autoridades nacionais;
- se houver efetivamente um obstáculo e se não existir um acordo de cooperação bilateral ou internacional que possa ser utilizado para implementar uma solução, os Estados-Membros podem recorrer à ferramenta de facilitação transfronteiriça, um procedimento voluntário normalizado destinado a eliminar os obstáculos administrativos e jurídicos nas regiões transfronteiriças;
- a criação de uma rede de CBCP, juntamente com a Comissão, que servirá de fórum para o intercâmbio de boas práticas e a partilha de conhecimentos.

Medicamentos críticos

Por fim, a Comissão publicou a primeira lista da União de [medicamentos críticos](#).

Um medicamento é classificado como crítico se for essencial para assegurar a prestação e a continuidade de cuidados de saúde de qualidade e para garantir um elevado nível de proteção da saúde pública na Europa. A

primeira lista da União inclui mais de 200 substâncias ativas utilizadas em medicamentos para uso humano, que se consideram ser essenciais para os sistemas de saúde da UE/EEE. A inclusão nesta lista não indica que se preveja uma situação de escassez de um determinado medicamento num futuro próximo. Pretende-se, em vez disso, reconhecer a importância crítica de evitar a escassez destes medicamentos específicos, uma vez que a sua indisponibilidade pode ter graves consequências para os doentes e colocar desafios substanciais aos sistemas de saúde. A lista encontra-se disponível [aqui](#).

12. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Agricultura e Pescas)

No âmbito das [pescas](#), os ministros das pescas chegaram a [acordo](#) sobre as possibilidades de pesca para 2024 no Atlântico, no mar do Norte, no mar Mediterrâneo e no mar Negro. No que se refere à [agricultura](#), o Conselho tomou nota dos progressos significativos realizados durante a Presidência espanhola no que respeita à proposta de regulamento relativo aos vegetais obtidos por determinadas novas técnicas genómicas e aos géneros alimentícios e alimentos para animais deles derivados, fez um balanço dos planos estratégicos da PAC, salientando a necessidade de estabilidade e de previsibilidade para os agricultores e sublinhando a importância da simplificação e da facilitação do processo de alteração dos planos estratégicos. Foi ainda realizado um debate sobre os principais fatores que afetam a rentabilidade da agricultura na UE e o rendimento dos agricultores europeus e a presidência apresentou um relatório intercalar sobre a [utilização sustentável de produtos fitofarmacêuticos](#) e sobre o [material de reprodução vegetal e florestal](#).

Conselho dos Negócios Estrangeiros

Os ministros [debateram a agressão russa contra a Ucrânia](#), após uma intervenção do ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Dmytro Kuleba, que informou o Conselho sobre a evolução da situação no terreno, sublinhando que a Ucrânia está atualmente empenhada em duas frentes: a frente militar – numa altura em que Vladimir Putin procura criar uma nova dinâmica na sua guerra, antes do inverno, e promover a sua candidatura à Presidência – e a via da adesão à UE. Foi realizado um debate sobre a situação em Israel e na região, no contexto do reatamento das hostilidades e da sua extensão ao sul de Gaza, tendo o alto representante proposto ao Conselho vários elementos destinados a orientar a ação da UE: recusa da deslocação forçada da população civil de Gaza e da ocupação da faixa por Israel; continuação das ações contra o Hamas, nomeadamente por meio de medidas restritivas; diligências no sentido de impor medidas restritivas contra os colonos extremistas na Cisjordânia, seguindo o exemplo dos Estados Unidos; utilização eficaz das missões no âmbito da PCSD da UE no terreno – EUPOL COPPS e EUBAM Rafa. Os ministros debateram ainda a situação no Sael e aprovaram conclusões sobre [a vertente civil da Política Comum de Segurança e Defesa \(PCSD\)](#).

Reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da Parceria Oriental

[Esta reunião](#), que juntou os ministros dos negócios estrangeiros da UE e os seus homólogos de cinco dos seis países da Parceria Oriental (Arménia, Azerbaijão, Geórgia, República da Moldávia e Ucrânia), constituiu uma oportunidade para trocar pontos de vista sobre a Parceria Oriental, fazer o balanço das suas realizações e identificar recomendações concretas para o futuro da política. Foi assim debatida 1) a forma como a Parceria Oriental pode continuar a assegurar que as necessidades dos Estados-Membros e dos países parceiros são satisfeitas; 2) quais deverão ser as principais prioridades do trabalho conjunto em 2024; 3) como acelerar a execução do Plano Económico e de Investimento para a Parceria Oriental e 4) como reforçar a cooperação com regiões como a Ásia Central e os Balcãs Ocidentais e as sinergias com outras políticas regionais, como a Sinergia do Mar Negro.

Conselho dos Assuntos Gerais

Foi feita a [preparação da reunião do Conselho Europeu](#) e analisado o seu projeto de conclusões, assim como aprovadas [conclusões](#) sobre o alargamento aos seis parceiros dos Balcãs Ocidentais, à Turquia e, pela primeira vez, à Ucrânia, à Moldávia e à Geórgia. O Conselho procedeu também à análise do seu diálogo anual sobre o Estado de direito e debateu conclusões sobre o assunto. Não tendo havido consenso sobre o texto, a Presidência do Conselho decidiu emitir [conclusões da Presidência](#). Foram ainda aprovadas [conclusões sobre a gestão das alterações demográficas na Europa](#), informados os ministros sobre o acordo alcançado para celebração de um [acordo de associação](#) com Andorra e San Marino e debatido novamente o pedido apresentado pela Espanha no sentido de alterar o Regulamento n.º 1/1958 a fim de incluir o catalão, o basco e o galego no regime linguístico da UE, tendo a Comissão feito referência à sua primeira estimativa preliminar das implicações do pedido de Espanha em termos de custos e a próxima Presidência belga manifestado a sua prontidão em levar por diante, durante o seu mandato, os trabalhos sobre o pedido de Espanha. Por fim, a Presidência espanhola e a próxima Presidência belga apresentaram o [roteiro para o Semestre Europeu de 2024](#).

13. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Os trabalhos no Parlamento Europeu serão retomados no início de janeiro de 2024.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar apenas no dia [10 de janeiro](#), prevendo-se a discussão sobre o *Ano Europeu da Juventude 2022 - resultados e próximos passos*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 18.12: [Conselho \(Ambiente\)](#)
- 19.12: [Conselho Transportes, Telecomunicações e Energia \(Energia\)](#)
-

Bruxelas | 15 de dezembro de 2023

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).